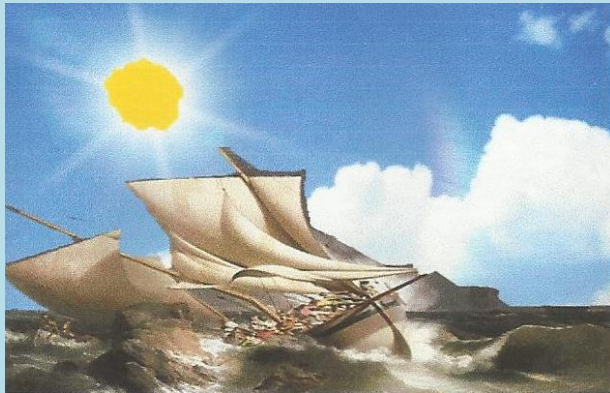


GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

Ida Lemos

CRISE OU BONANÇA?

**Perspetivas clínicas sobre o desenvolvimento
na adolescência**



Cadernos do GREI n.º 12

MARÇO 2014

CRISE OU BONANÇA?

**Perspetivas clínicas sobre o desenvolvimento
na adolescência**

ÍNDICE

Introdução.....	3
1. A adolescência enquanto fenómeno psicossociológico.....	4
2. Aspetos do desenvolvimento na adolescência.....	7
3. A perspetiva estrutural psicanalítica.....	10
4. O normal e o patológico no estudo da adolescência.....	12
5. A abordagem da psicopatologia do desenvolvimento.....	15
Reflexões finais.....	17
Bibliografia.....	19



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

FICHA TÉCNICA

Título: Cadernos do GREI

Edição de: GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

Urb. Vale da Amoreira, lote 5 – 4.ª Dt.ª
8005-334 FARO

grei.grupo@gmail.com www.grei.pt

Capa: adaptada por João Félix de “Cena de um naufrágio” de Louis-Philippe Crépin

Conselho Editorial: Carlos Marques Simões (coordenador), Francisco Gil,
Helena Ralha-Simões, Helena Sousa, Nora Almeida Cavaco e Rosanna Barros

Data: março de 2014

Publicação de difusão restrita

A ortografia adotada nos cadernos é da responsabilidade de cada autor(a).

Cada jovem adolescente desenvolve-se segundo um esquema de crescimento exclusivo dele, que é a chave da sua individualidade (...).

A individualidade está sempre em construção (...) porque o tempo e o crescimento são inseparáveis. Na poética linguagem de Shakespeare, o tempo é a ama de leite (...) a genitora que modela.

Arnold Gesell
in O jovem dos 10 aos 16 anos (1956)

A primavera da vida é bonita de viver, tão depressa o sol brilha como a seguir está a chover. Para mim hoje é Janeiro, está um frio de rachar, parece que o mundo inteiro se uniu pr'a me tramar! (...) Não vês como isto é duro, ser jovem não é um posto (...) Porque é que tudo é incerto, não pode ser sempre assim?!

Carlos Tê
in Não há estrelas no céu (1990)

Resumo:

O objetivo do presente trabalho é o de analisar alguns conceitos psicológicos sobre o desenvolvimento que têm influenciado o perspetivar da adolescência enquanto fenómeno normativo. Especificamente, aborda-se o desenvolvimento na adolescência enquanto fenómeno psicossocial, questionando o conceito de crise normativa nesta fase, com vista a uma perspetiva mais integradora e compreensiva dos contributos teóricos clássicos e contemporâneos sobre este período.

Palavras-chave: adolescência; psicopatologia; desenvolvimento; adaptação psicossocial

INTRODUÇÃO

A procura de leis universais que expliquem o desenvolvimento humano tem conduzido diversos autores a assumirem a falta de uma grelha conceptual que faça convergir as diversas teorias que procuram explicar o desenvolvimento (e.g., Schulenberg, Maggs, Steinman e Zucker, 2001; Dubas, Miller & Petersen, 2003; Steinberg & Lerner, 2004). Aliás, como Schulenberg e outros (2001) salientaram, subsistem diferenças nas diversas assunções filosóficas sobre a natureza e a criação humana e discordâncias sobre o próprio significado do desenvolvimento. Por sua vez, Steinberg e Morris (2001) criticaram o estudo científico da adolescência, considerando-o como uma “coleção de *mini-teorias destinadas a explicar apenas pequenas peças de um contexto mais vasto*” (p. 388).

Ao debruçarmo-nos sobre as teorias que procuram explicar o desenvolvimento, não podemos deixar de referir o clássico debate sobre a importância de variáveis biológicas e de variáveis ambientais. Apesar da importância dos fatores genéticos no desenvolvimento humano, são vários os fatores sociais e contextuais que contribuem de forma direta ou indireta para as continuidades e para as mudanças que ocorrem ao longo do ciclo vital (Hetherington & Martin, 1986).

Colocando-nos nesta perspetiva, os diversos estudos sobre o processo desenvolvimental na adolescência estão, também eles, impregnados quer de semelhanças e de continuidades, quer de disparidades e de descontinuidades (Dubas *et al.*, 2003). Ora, se por um lado, uma tal diversidade de perspetivas sobre o desenvolvimento dificulta a criação de uma grelha conceptual orientadora do seu estudo, por outro, é demonstrativa não só da complexidade que este encerra, mas também do interesse que as questões da adolescência despertam.

Por outro lado, se, tal como Winnicott (1986) salientou, não podemos compreender o desenvolvimento de uma criança sem olhar ao seu contexto relacional, também não podemos entender a manifestação de psicopatologia no adolescente se descontextualizada, em primeiro lugar, do seu ambiente familiar e posteriormente, do seu ambiente escolar e comunitário. Neste sentido, pode-se considerar que “*inúmeras condutas consideradas patológicas são, na realidade, sinais de um protesto sal-dável, um testemunho da patologia do ambiente (...)*” (Marcelli & Ajuriaguerra, 1996, p. 60).

A partir do enquadramento focado, debateremos neste texto alguns aspetos específicos do desenvolvimento na adolescência, como sejam, a influência do contexto sociocultural, as tarefas desenvolvimentais e a importância do contexto familiar no desenvolvimento adaptativo do adolescente. Abordaremos ainda as questões do desenvolvimento normal e patológico neste período, centrando-nos em duas perspetivas clínicas do desenvolvimento, a perspetiva psicodinâmica e a perspetiva da psicopatologia do desenvolvimento.

1. A ADOLESCÊNCIA ENQUANTO FENÓMENO PSICOSSOCIOLÓGICO

O facto de não podermos isolar as transformações envolvidas no processo da adolescência do contexto sociocultural em que estas acontecem leva-nos a questionar se este será um período natural do de-

envolvimento com um estatuto tão específico como o da infância, da adultez ou da velhice, ou se, por outro lado, se trata de uma construção artificial, produto de uma determinada organização social e cultural.

A este propósito, Claes (1985) salientou que as categorias etárias que limitam as etapas da vida e fixam as fronteiras entre as gerações variam consoante as épocas e que a fronteira estabelecida entre a adolescência e a idade adulta oscila com o curso da história: “*O estilo de vida e os valores preconizados são diretamente influenciados pelos acontecimentos históricos e, muito mais que os outros períodos da vida, a adolescência é vulnerável ao impacto da mudança social*” (p. 11).

Ariès (1986) documentou a transformação cultural a que assistimos a partir da Primeira Guerra Mundial, ao afirmar que “*a evolução arrastou toda a sociedade para um modelo de adolescência originariamente burguês e também para um prolongamento constante da duração desta adolescência, coincidindo esta, a partir de então, com a duração da escolaridade (...)*” (p. 11). Estaríamos na presença de “*uma história em que a nova sociedade da escola e da cultura escrita se substitui à sociedade da aprendizagem profissional e da cultura da transmissão oral*” (p. 12).

Se a puberdade pode ser considerada um fenómeno universal no calendário maturativo humano, a adolescência, pelo seu lado, é um acontecimento psicossociológico não necessariamente universal e que, portanto, não assume em todas as culturas os mesmos padrões e características que adota na nossa cultura (Palacios & Oliva, 2001).

A emergência de um longo período entre a puberdade e o acesso ao estatuto de adulto vivido debaixo da tutela parental coincidiu com o aparecimento das sociedades industrializadas no séc. XIX, inicialmente em Inglaterra e nos países escandinavos (Claes, 1985). A “*família moderna*”, tal como Shorter (1986) a definiu, passou a ser considerada como o conjunto de pais e de filhos que vivem debaixo do mesmo teto, excluindo os ascendentes e os colaterais. As mudanças no tecido social, com uma maior fragmentação ao nível familiar e uma maior perda do

controlo parental sobre os adolescentes, conduziram ao declínio deste modelo, a favor de um modelo pós-moderno de família (Gierveld, 2001), em que, a par com o sistema de família dita tradicional (pai, mãe e filhos debaixo do mesmo teto), encontramos as famílias monoparentais, as famílias reconstituídas e, mais recentemente, as famílias homoparentais.

Um tal impacto do contexto socio-histórico no processo da adolescência dos indivíduos e o concomitante prolongamento deste período de vida levou a que as mudanças que se processam no desenvolvimento – a nível físico, psicológico e social – se tenham tornado díspares. Esta disparidade terá influenciado uma mudança de rumo no estudo da adolescência. Ou seja, se os psicólogos tentaram descrever anteriormente a adolescência como um período único de transição, com o decorrer do século XX, esta etapa de vida passou a ser conceptualizada como um período de mudança em várias áreas desenvolvimentais, mudanças essas que não acontecem necessariamente ao mesmo tempo, na mesma sequência nem com a mesma constância para todos os indivíduos (Dubas *et al.*, 2003).

Além do mais, como salienta Timini (2005), o processo de dar significado aos comportamentos e aos acontecimentos é modelado pelos contextos em que vivemos. Neste sentido, as sociedades diferem no que caracterizam como modelos normativos dos percursos de vida dos indivíduos que delas fazem parte, considerando alguns desses percursos de transição para o estado adulto desejáveis e outros, indesejáveis e arriscados. Neste sentido, os percursos de vida tendem a mimetizar os padrões estabelecidos socialmente, de acordo com o sexo e o meio de pertença social (Gierveld, 2001).

Para Dias e Vicente (1984), a adolescência enquanto fenómeno, encontra-se no limite do psicológico e do social e é a partir da interação entre estas duas áreas que é possível a formação da identidade do adolescente. Segundo os autores, os problemas dos jovens são um espelho da patologia dominante da sociedade. E a propósito da depressão no adolescente, os autores evocam a angústia, a solidão, a morosidade, o aborrecimento e a falta de alegria, como problemas socioculturais que

se interpenetrariam com os problemas individuais. Estas questões exigiriam “à investigação psicológica uma reformulação que, levando-as em conta, pese também simultaneamente as condições patogénicas que na sociedade e na família os fizeram nascer” (p.34). Nesta ordem de ideias, integrar e compreender os comportamentos no contexto social dos indivíduos permite uma visão mais abrangente dos problemas dos jovens e da sua integração social, beneficiando ainda o planeamento de programas de intervenção psicossocial.

2. ASPETOS DO DESENVOLVIMENTO NA ADOLESCÊNCIA

Até à primeira metade do século XX foi corrente a caracterização da adolescência como uma etapa de elevada instabilidade emocional e de muitas dificuldades. Para uma integração teórica dos aspetos mais positivos e normativos do desenvolvimento tinham já contribuído significativamente as investigações levadas a cabo por Margaret Mead e por Ruth Benedict em 1950, as quais forneceram provas de que os problemas de transição na adolescência são um fenómeno marcadamente cultural, causados pela descontinuidade nos papéis e nas responsabilidades entre a infância e a adultez nas sociedades modernas (Schulenberg *et al.*, 2001). Foram ainda essenciais os trabalhos sobre o desenvolvimento cognitivo da criança de Piaget, datado de 1958 e sobre o desenvolvimento moral de Kohlberg, em 1969. As teorias sobre o desenvolvimento da personalidade, das quais salientamos o trabalho desenvolvido por Erikson (1972) sobre a construção da identidade como tarefa central da adolescência, são também contributos fundamentais (Marcia, 2001).

Posteriormente, com base nos estudos antropológicos desenvolvidos a partir do início do séc. XX, encontramos a ideia de que, embora a adolescência seja caracterizada por mudança e apresente inúmeros desafios, esta não é necessariamente uma fase tumultuosa e problemá-

tica do ciclo de vida. Em termos das suas características, se a “fase da adolescência” se apresenta, por um lado, como uma justificação para a manifestação de afeto depressivo e para os comportamentos problemáticos, por outro, surge como um período fulcral para o desenvolvimento das capacidades de empreendimento pessoal e para o envolvimento em projetos de futuro. Estas duas conceções de adolescência, aparentemente contraditórias, imperam, de alguma forma, na nossa forma quotidiana de perspetivar os adolescentes.

Ao abordar esta controvérsia, Fleming (1997) referia que a tese da perspetiva empírica (i.e., da visão da adolescência como um período de transição tranquila) não é necessariamente contraditória com a tese psicodinâmica. Evocando a posição de Coleman (1978) a este respeito, afirmou: “o *stress* resultante da necessidade de adaptações específicas a novos modos de comportamento raramente se concentra numa idade só, o que daria razão à chamada teoria clássica da inevitabilidade do tumulto e *stress*, e permitiria explicar também o carácter relativamente calmo e harmonioso defendido pela visão empírica” (p. 117). Por exemplo, relativamente à problemática da autonomização dos adolescentes face aos pais, o facto de um padrão relacional pais-filho não ser problemático para uma determinada idade, não quer dizer que não o seja para outra e ainda, o facto de não ser problemático para um adolescente, não quer dizer que não o seja para outro.

Por seu lado, as teorias decorrentes de investigações realizadas com amostras representativas de adolescentes, que começaram a proliferar na década de sessenta nos EUA e na Europa, centraram-se em aspetos mais positivos e normativos do desenvolvimento, passando a perspetivar a adolescência como um período de transição tranquila. Nesta sequência, a conceptualização de adolescência como um período universal de “*storm-and-stress*” passou, desde então, a ser reconhecida como carecendo de suporte empírico (Schulenberg *et al.*, 2001). Assim, a descrição da adolescência normal como um período marcado pelo tumulto emocional, pelas tensões internas, pela instabilidade e pelos conflitos, torna-se alvo de contestação.

A este propósito, Lopes (1989) chamou a atenção para o facto de os dados destes estudos terem sido recolhidos com amostras de adolescentes americanos dos anos sessenta, questionando se estes estudos retratariam a adolescência, ou se caracterizariam antes uma geração de adolescentes. Se de facto, como referimos anteriormente, a adolescência é um fenómeno marcado pelo curso da história, da cultura e do tempo, ao tirarmos ilações sobre as suas características, estaremos a concluir sobre as características da geração à qual pertence a população estudada, daí a não universalidade de tais conclusões.

Importa referir o estudo de Bacchini e Magliulo (2003) em que foram comparados os resultados obtidos em medidas de funcionamento familiar e de psicopatologia em duas amostras de 675 adolescentes com contextos socioeconómicos equivalentes, com um intervalo de sete anos. Os adolescentes de 2001, comparativamente aos seus pares de 1994, forneceram no global uma imagem de si próprios mais positiva relativamente às dimensões bem-estar emocional versus psicopatologia, imagem corporal e relações familiares. As relações familiares na última amostra de adolescentes foram descritas como harmoniosas, com partilha de valores e de cultura entre as gerações pais-filhos e a procura de modelos relacionais baseados não no conflito mas na negociação e no diálogo.

De facto, as rápidas mudanças socioculturais das últimas décadas têm tido impacto no desenvolvimento dos adolescentes, fazendo com que as ideias que os teóricos do desenvolvimento têm proferido sobre este período de vida se revelem insuficientes para explicar, de forma exaustiva, os seus processos.

Um outro aspeto importante quando se discute as diversas perspetivas teóricas sobre o desenvolvimento, diz respeito às diferentes técnicas utilizadas para recolher informação sobre a incidência e a prevalência de sintomatologia psicopatológica, as quais têm implicações na avaliação da normatividade dos comportamentos. Mesmo se atendermos a que os problemas psicopatológicos na adolescência não devem

ser considerados normativos, o facto é que a associação entre uma maior exposição do adolescente a fatores de risco contextuais (familiares, escolares e sociais) e as importantes mudanças bio-psico-sociais já referidas torna o adolescente mais vulnerável à manifestação de problemas psicossociais e psicológicos.

3. A PERSPETIVA ESTRUTURAL PSICANALÍTICA

A caracterização da adolescência por Stanley Hall em 1904, como o período de vida marcado por crises e desequilíbrios (a fase do “*storm and stress*”), retomada posteriormente pelas teorias estruturalistas psicanalíticas, influenciou grandemente as correntes teóricas do desenvolvimento no século XX (Dubas *et al.*, 2003). Anna Freud, em 1958, baseando-se nos estudos desenvolvidos por Freud, a partir de 1915, sobre o *Luto e a Melancolia*, definia a rebeldia adolescente como um aspeto necessário do desenvolvimento saudável, tendo comparado o processo do luto descrito por Sigmund Freud ao trabalho psíquico do adolescente – comparação esta retomada posteriormente por diversos autores da perspetiva psicanalítica (Dartington, 2003). Marcelli e Braconnier (1989) fazem referência ao processo psíquico do “*adolescere*” como um movimento duplo de “*renegação da infância, por um lado e de busca de um estatuto estável de adulto, por outro*” (p.21), o que, segundo estes, constitui a própria essência da “*crise, do progresso psíquico atravessado por todo o adolescente*”. Fala-se então de trabalho de luto pelas *imagos* parentais (Matos, 2002), sendo a quebra das regras e da autoridade parental vista como fazendo parte do trabalho de elaboração psíquica e de construção da identidade no adolescente.

Coimbra de Matos (2002) caracteriza a adolescência como “*a época de mudança de objetos e de objetivos*”, referindo-se ao conflito da adolescência como estando organizado entre dois polos: o luto dos *imagos* parentais e a escolha do par sexual. Segundo o autor, trata-se

de “um período de crise porque período de mudança, a adolescência situa-se entre duas eras do estatuto social do ser humano: a da dependência e protetorado, a da autonomia e independência. E é no deslizar suave, com crescimento e adaptação harmónicos, que a adolescência normal se define; fazendo da crise, que angustia e deprime – pela inquietação do desconhecido para que se tende e pela tristeza da perda do passado infantil – um desenvolvimento em que o indivíduo se afirme e satisfaça” (p. 147).

Nesta ordem de ideias, as perspetivas psicanalíticas clássicas conceberam os distúrbios de comportamento durante a adolescência como um fenómeno normativo, universal e essencial ao processo de autonomização em relação às figuras parentais e à sociedade vigente. No geral, estas concepções contribuíram de forma significativa para um entendimento da adolescência como sendo caracterizada por perturbações e inadaptações transitórias mas necessárias ao desenvolvimento ulterior. Esta leitura do desenvolvimento adolescente implica que a ausência de desequilíbrios psicológicos nesta fase seja vista como indicador de prognóstico desfavorável para o equilíbrio futuro (Dubas *et al.*, 2003).

Assim, para que o adolescente seja bem-sucedido na adultez, ele terá de renegociar num novo contexto cada aspeto da relação que mantém consigo e com os pais. Durante este processo a sua transgressão das normas sociais poderá ser vista como um fenómeno normativo e fará, assim, parte do processo de autonomização face aos pais. Nesta sequência, a ausência de desequilíbrios psicológicos durante a adolescência, é vista pela corrente psicanalítica como um sinal de uma consolidação prematura do *eu* (Braconnier & Marcelli, 2000) ou de um falso-*self* (Marcelli & Ajuriaguerra, 1996), o adolescente “*normal*” sendo o que se rebela perante os adultos, o que se põe em causa as concepções e as normas sociais vigentes. No entanto, dadas estas características do processo adolescencial, os limites entre o normal e o patológico revelam-se aqui, de algum modo, ténues e a presença de problemas psicopatológicos acentuados podem significar um conflito internalizado (Marcelli & Braconnier, 1989), manifestando-se na forma de equivalentes depres-

sivos ou de uma perturbação reativa face ao contexto em que o adolescente cresceu (Sá, 2002).

A conceção da adolescência como um período de crise normativa tem sido objeto de críticas: Steinberg (2001) referiu que o discurso negativo de muitas das psicoterapias clássicas invadiu o discurso público. O autor aponta como um dos motivos históricos para a ênfase nos problemas da adolescência, o facto destas teorias se terem centrado nas patologias, devido ao trabalho dos psicólogos com clientes que apresentavam perturbações psicológicas graves.

Esta visão clássica descreveria as relações entre pais e adolescentes como inevitavelmente conflituosas e tensas. Fleming (1997) referiu que o conceito de continuidade entre o normal e o patológico, explícito na teoria psicanalítica, implica que a patologia tenda a ser utilizada como modelo para os movimentos específicos do período da adolescência. Uma consequência desta leitura seria a tendência para o uso de terminologia linguística extraída da psicopatologia para compreender o sentido da crise habitual do adolescente.

4. O NORMAL E O PATOLÓGICO NO ESTUDO DA ADOLESCÊNCIA

A necessidade de compreender o desenvolvimento psicopatológico tem levado a que os pedopsiquiatras e os psicólogos clínicos utilizem fontes teóricas muito diversas. Ainda que distintas perspetivas teóricas tenham o mesmo objeto de estudo, o método e a referência teórica que cada uma emprega faz com que esse objeto tenda a adquirir um significado diferente, apresentando-se mesmo em alguns casos como contraditório ou oposto (Marcelli & Ajuriaguerra, 1996). Esta questão parece condicionar o estudo da psicopatologia na adolescência. Assim, encontramos na literatura, por um lado, concepções díspares e, por outro, teses convergentes sobre o que é considerado o desenvolvimento normal e o desenvolvimento patológico na adolescência, bem como so-

bre os fatores que condicionam os percursos desenvolvimentais dos adolescentes. Iremos reportar-nos única e exclusivamente à perspectiva da psicopatologia do desenvolvimento e à perspectiva psicodinâmica.

O conceito de continuidade entre o normal e o patológico está explícito na abordagem psicodinâmica da psicopatologia da criança e do adolescente. Marcelli e Ajuriaguerra (1996), por exemplo, referem que, quer se trate de operações cognitivas interiorizadas (por exemplo, fobias, obsessões) ou de condutas exteriorizadas (por exemplo, gaguez, comportamento antissocial), existe sempre um eixo de continuidade subjacente às diversas condutas humanas, podendo estas ser organizadoras do psiquismo, ou, doutra forma, observar-se nos estados patológicos estruturados. Nesta linha de pensamento, os autores defendem que a capacidade de adaptação poderá ser melhor critério para distinguir o normal do patológico, do que a adaptação em si mesma, uma vez que esta não é necessariamente sinónimo de saúde mental (como aliás o demonstram as pseudo adaptações sociais em certos tipos de psicopatias).

Também Marcelli e Braconnier (1989) chamaram a atenção para a dificuldade em utilizar-se, no período da adolescência, as noções de normal e de patológico, em virtude quer da multiplicidade e labilidade das condutas nesta fase, quer pela importância dos fatores ambientais. Posteriormente, Marcelli (2002) transpõe esta questão ao defender que a presunção do normal e do patológico não deve assentar nas condutas em si, mas no que estas representam, ou seja, nas suas significações. A título de exemplo, o autor evoca o comportamento de fuga e de vadiagem, o roubo ou a mentira. Ainda que estes não correspondam por si mesmos a uma estrutura psicopatológica em particular, representam no entanto, um transtorno reativo ao ambiente do adolescente, um sinal de disfuncionamento individual e familiar.

Na verdade, a problemática da continuidade e da descontinuidade é relevante, pois, embora de acordo com Joyce-Moniz (1993) não se pos-

sa ignorar a especificidade da psicopatologia infantil em relação à psicopatologia dos adultos, existem alguns tipos de continuidade entre ambas. De entre os tipos de continuidade entre a psicopatologia da criança e do adulto propostos por Garber (1984, citado por Joyce-Moniz, 1993), salientaremos os seguintes: a) as perturbações que estão geralmente associadas à infância e à adolescência podem surgir no adulto (como são exemplo, as perturbações do comportamento alimentar e os distúrbios do comportamento); b) as perturbações que são incluídas nos grupos nosológicos próprios da patologia adulta podem ter antecedentes, ainda que com outras expressões sintomáticas, na infância ou na adolescência (como é o caso das perturbações do humor, da ansiedade e da personalidade).

Por seu turno, Marcelli e Braconnier (1989) propuseram a adoção de duas modalidades de análise quando se procura diferenciar o comportamento normal do comportamento patológico durante a adolescência: por um lado, para uma melhor compreensão das condutas do adolescente dever-se-á avaliar a flexibilidade por oposto à rigidez das condutas e ainda, avaliar a forma como essas interferem no funcionamento global da personalidade; por outro lado, avaliar o impedimento que tais comportamentos representam para a continuidade do desenvolvimento psíquico, através de uma análise prospetiva das interações entre os acontecimentos atuais e o processo psíquico em construção.

Preconiza-se assim a adoção duma perspectiva desenvolvimental. Neste sentido, a distinção entre os stresses normais temporários e os distúrbios psíquicos poderá mostrar-se inadequada se tomarmos em consideração apenas um fenómeno isolado, um dado comportamento. Pelo contrário, a avaliação do funcionamento global da personalidade permitirá, compreender as interferências de dado distúrbio e precisar o risco de que este possa entrar o prosseguimento do desenvolvimento para a idade adulta (Laufer & Laufer, 2002).

5. A ABORDAGEM DA PSICOPATOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

O estudo da inter-relação entre o funcionamento normal e o funcionamento patológico, e ainda, a procura de convergência em diversas áreas de investigação, levou à criação da área científica da Psicopatologia do Desenvolvimento, a qual integra uma variedade de disciplinas: a Psicologia do Desenvolvimento, a Epidemiologia, a Psiquiatria, as Neurociências, a Psicologia Clínica, a Sociologia e a Genética (Harrington, 2001).

Rutter e Sroufe (2000) definiram a psicopatologia do desenvolvimento como “o estudo dos processos causais, a análise do papel dos mecanismos desenvolvimentais e a consideração das continuidades e descontinuidades entre o normal e o patológico” (p.265). Enquanto área interdisciplinar, a psicopatologia do desenvolvimento enfatiza a existência de relações dinâmicas entre o desenvolvimento normal e o desenvolvimento patológico durante a adolescência, providenciando uma grelha de leitura integrativa para o estudo dos processos de desenvolvimento durante esta fase assim como nos períodos subsequentes (Cicchetti & Rogosch, 2002).

Relativamente ao estudo da psicopatologia do adolescente, parece-nos importante a ênfase integrativa que a perspectiva da psicopatologia do desenvolvimento coloca no estudo do desenvolvimento normal e patológico. Consoante foi descrito por Soares (2000), “na Psicopatologia do Desenvolvimento, o foco está colocado em definir, traçar e compreender as trajetórias normais de desenvolvimento, em especificar os desvios significativos destes percursos normais, em sublinhar as transformações comportamentais que ocorrem à medida que o indivíduo segue uma trajetória desenvolvimental atípica e identificar os fatores que estão envolvidos na mudança deste percurso. Interessa, assim, atender aos indivíduos que consistentemente seguem uma trajetória que leva a uma desordem, mas também àqueles que, tendo desviado de uma trajetória adaptativa, retomam-na e atingem uma adaptação adequada (...), aos que registem situações adversas que, geralmente levam a um desvio

desenvolvimental” (p. 25). Central à abordagem da psicopatologia do desenvolvimento está assim a convicção de que o estudo do desenvolvimento atípico nos pode informar acerca do desenvolvimento normal e, conseqüentemente, que os métodos e abordagens usadas no estudo do desenvolvimento normativo podem trazer luz sobre a etiologia e o curso da perturbação mental (Cicchetti & Rogosch, 2002).

De acordo com esta corrente científica, “*toda a psicopatologia é desenvolvimentista na medida em que a patologia se constitui num processo desviante que ocorre durante o tempo, tornando possível a comparação com um processo de desenvolvimento normal. Assim, o que uns designam por distúrbio psicológico, outros por síndrome nosológica, doença mental, etc., integra-se bem na noção de desvio contraproducente*” (Joyce-Moniz, 1993, p.4).

A escola de psicopatologia do desenvolvimento aponta para a necessidade de estudos epidemiológicos longitudinais em populações em risco, procurando relacionar as manifestações psicopatológicas com determinados fatores de risco ao longo do desenvolvimento. Procura ainda, perceber quais os seus fatores etiológicos ou no caso da sua impossibilidade, aprofundar a pesquisa de algumas das suas circunstâncias preditivas ou contextos de risco e também da sua relação, quer com o desenvolvimento de psicopatologia, quer com os processos de resiliência dos indivíduos (Cicchetti & Rogosch, 2002). Neste sentido, é preconizada a heterogeneidade do desenvolvimento humano assim como, a natureza hierárquica dos sistemas intrapessoal (i.e., neuro-químicos, cognitivos e emocionais), interpessoal (como sejam, as relações pais-filhos e as redes de pares) e social (comunidade e cultura em que está inserido) (Granic, 2005).

De facto, a abordagem da psicopatologia do desenvolvimento surge-nos como um guia de estudo útil e deve ser vista, consoante referiu Canavarro (1999), não como um corpo teórico explicativo dos fatores etiológicos e dos resultados finais das perturbações emocionais, mas como um quadro conceptual que ajuda a organizar o estudo da psicopatologia.

O contributo da psicopatologia do desenvolvimento para a investigação na psicopatologia do adolescente e dos processos desenvolvimentais desviantes neste período do ciclo de vida, provém da importância que é dada, quer ao estudo dos mecanismos patológicos e dos desvios nos percursos normativos na adolescência, quer ao estudo das competências e dos resultados desenvolvimentais adaptativos, apesar da presença de adversidade ou risco psicossocial. Não menos importante, a conceção de diferentes possibilidades de trajetórias de desenvolvimento, a crença nas potencialidades dos indivíduos e no empreendimento individual, abre oportunidades para o estudo das problemáticas da adolescência.

No entanto, parece-nos que a novidade desta perspetiva afigura-se mais pelo salientar da necessidade de uma visão integrativa de diversos modelos conceptuais, aplicada na investigação das questões da adolescência – ou como referiram Ollendick, Grills e King (2001), procurando focar-se na compreensão das relações entre os fenómenos, do que propriamente na introdução de novos conceitos teóricos sobre o desenvolvimento normal e desviante. Aliás, Ollendick e outros (2001), a este propósito, afirmam que *“a perspetiva da Psicopatologia do Desenvolvimento não subscreve ou prescreve uma orientação teórica específica ou uma explicação para a compreensão das perturbações comportamentais da criança”* (p. 306). Uma tal tendência integrativa das últimas décadas de investigação sobre a adolescência, focalizou-se não só no estudo dos processos que conduzem à psicopatologia ou ao comportamento desviante, mas também nos processos de resiliência face à psicopatologia e/ou à adversidade.

REFLEXÕES FINAIS

Nas últimas décadas, os resultados das investigações sobre a adolescência têm levado a um progressivo afastamento de um modelo de estudo orientado para os estádios, em que a adolescência é repre-

sentada como um período marcado por fases de desenvolvimento relativamente invariáveis, a favor de um modelo orientado para o processo, em que a ênfase é colocada no estudo das interações entre o indivíduo e o contexto.

De igual forma, o conceito de “crise da adolescência” tem sido alvo de reflexão, passando este período de vida a ser visto, não só como um fator de risco, mas também como um fator protetor, uma vez que representa uma oportunidade para fortalecer as capacidades do indivíduo em lidar com futuras situações adversas (Rutter & Rutter, 1993).

Deste ponto de vista, concordamos com Schulenberg e outros (2001) quando afirmam que, embora a adolescência seja caracterizada pela mudança e apresente inúmeros desafios, não é necessariamente uma fase tumultuosa da vida, a não ser quando as problemáticas são induzidas pelos contextos sociais. Ou seja, para que haja um percurso desviante ou psicopatológico em algum momento da vida do sujeito deverá estar presente um conjunto de fatores de risco familiares e/ou sociais, associado a uma ausência de outros fatores que, atuando no sentido contrário, sejam protetores desse risco.

Neste sentido, pode-se concluir que a maioria das crianças atravessa a adolescência de forma bem-sucedida, sem experienciar problemas psicológicos significantes. Também em relação à família, os adolescentes mantêm atualmente, no global, melhores relações com os pais. No entanto, posicionando-nos nesta perspetiva da adolescência, enquanto processo relacional e dinâmico, alguns factos são incontornáveis: numerosos estudos têm concluído da existência de correspondência entre a adversidade sociofamiliar e o desenvolvimento de perturbações psicossociais.

De facto, os problemas psicopatológicos, a surgirem na adolescência, não devem ser vistos como um fenómeno normativo mas sim como um sinal de sofrimento emocional ao qual devem estar atentos educadores, professores e psicólogos, uma vez que diferentes trajetórias desenvolvimentais estão associadas a diferentes tipos de riscos.

Importa pois contextualizar socialmente os comportamentos dos adolescentes para os melhor compreender, sendo necessário, no entanto, que se procure descodificar sinais consistentes de mal-estar psicológico. Neste âmbito, qualquer intervenção psicológica deverá ter como finalidade, não só, facilitar no presente o bem-estar do adolescente que esteja a experienciar maior vulnerabilidade psicossocial, mas contribuir para o desenvolvimento de competências e de recursos psicossociais, com implicações futuras ao nível da saúde mental.

BIBLIOGRAFIA

- Ariès, P. (1986). Para uma história da adolescência. *Alter/Ego*, 1, pp. 5-16.
- Bacchini, D., & Magliulo, F. (2003). Self-image and perceived self-efficacy during adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 32 (5), pp. 337-350.
- Braconnier, A., & Marcelli, D. (2000). *As mil faces da adolescência* (1ª ed.). Lisboa: Climepsi Editores.
- Cagampang, H., Brindis, C., & Oliva, G. (2001). *Assessing the 'multiple processes' of adolescent health: Youth development approaches*, from <http://nahic.ucsf.edu/downloads/niih/references.pdf>.
- Canavaro, M. C. (1999). *Relações afectivas e saúde mental: Uma abordagem ao longo do ciclo de vida*. Coimbra: Quarteto.
- Cicchetti, D., & Rogosch, F. A. (2002). A developmental psychopathology perspective on adolescence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 70 (1), pp. 6-20.
- Claes, M. (1985). *Os problemas da adolescência*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Coleman, J. C. (1978). Current contradictions in adolescent theory. *Journal of Youth and Adolescence*, 7 (1), pp. 1-11.
- Dartington, A. (2003). A intensidade da adolescência nas pequenas famílias. In R. Anderson & A. Dartington (Eds.). *Olhar de frente: Perspectivas clínicas das perturbações da adolescência* (pp. 33-57). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Dias, C. A., & Vicente, T. N. (1984). *A depressão no adolescente*. Porto: Afrontamento.
- Dubas, J. S., Miller, K., & Petersen, A. C. (2003). The study of adolescence during the 20th century. *History of the Family*, 8, pp. 375-397.
- Erikson, E. (1972). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fleming, M. (1997). *Adolescência e autonomia: O desenvolvimento psicológico e a relação com os pais* (2ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Gierveld, J. (2001). Adolescent behavior: Demographic. In *International Encyclopaedia of the Social & Behavioral Sciences* (pp. 98-101). Stanford: Pergamon, Elsevier Science Ltd.
- Granic, I. (2005). Timing is everything: Developmental psychopathology from a dynamic systems perspective. *Developmental Review*, 25, pp. 386-407.
- Harrington, R. (2001). Causal processes in development and psychopathology. *The British Journal of Psychiatry*, 179, pp. 93-94.
- Hetherington, E. M., & Martin, B. (1986). Family factors and psychopathology in children. In H.C. Quay & J.S. Werry (Eds.). *Psychopathological disorders of childhood* (pp. 332-390). New York: John Wiley & Sons.
- Joyce-Moniz, L. (1993). Psicopatologia e desenvolvimento psicológico. In *Psicopatologia do desenvolvimento do adolescente e do adulto* (pp. 1-6). Amadora: McGraw-Hill.
- Laufer, M. & Laufer, M.E. (2002). *Adolescence and developmental breakdown: A psycho-analytic view*. London: Karnac Books.
- Lopes, I. M. (1989). A fragilidade do conceito de adolescência. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 23, pp. 35-59.
- Marcelli, D. (2002). *Os estados depressivos na adolescência*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Marcelli, D., & Ajuriaguerra, J. (1996). *Psicopatologia del niño*. (3ª ed.). Barcelona: Edicions Masson.
- Marcelli, D., & Braconnier, A. (1989). *Manual de psicopatologia do adolescente*. São Paulo: Masson.
- Marcia, J. E. (2001). Identity in childhood and adolescence. In *International Encyclopaedia of the Social & Behavioral Sciences* (pp. 7159-7163). Stanford: Pergamon, Elsevier.
- Matos, A. C. (2002). *Adolescência*. Lisboa: Climepsi.
- Ollendick, T. H., Grills, A. E., & King, N. J. (2001). Applying developmental theory to the assessment and treatment of childhood disorders: Does it make a difference? *Clinical Psychology Psychotherapy*, 8, pp. 304-314.

- Palacios, J., & Oliva, A. (2001). La adolescencia y su significado evolutivo: Psicología evolutiva. In J. Palacios, Á. Marchesi & C. Coll (Eds.). *Desarrollo psicológico y educación* (2ª ed., Vol. 1, pp.433-451). Madrid: Alianza Editorial, S.A.
- Rutter, M., & Rutter, M. (1993). *Developing minds: Challenge and continuity across the life span*. London: Penguin Books.
- Rutter, M., & Sroufe, L.A. (2000). Developmental psychopathology: Concepts and challenges. *Development and Psychopathology*, 12, pp. 265-296.
- Sá, E. (2002). *Adolescentes somos nós*. Lisboa: Edições Fim de Século.
- Schulenberg, J., Maggs, J.L., Steinman, K.J., & Zucker, R.A. (2001). Development matters: Taking the long view on abuse etiology and intervention during adolescence. In P.M. Monti, S.M. Colby & T.A. O'Leary (Eds.). *Adolescents, alcohol, and substance abuse. Reaching teens through brief interventions* (pp. 19-57). New York: The Guilford Press.
- Shorter, E. (1986). *Nascimento de la familia moderna*. Lisboa: Anesa.
- Soares, I. (2000). Introdução à Psicopatologia do Desenvolvimento: Questões teóricas e de investigação. In I. Soares (Ed.). *Psicopatologia do desenvolvimento: Trajectórias (in)adaptativas ao longo da vida* (pp. 11-42). Coimbra: Quarteto.
- Steinberg, L., & Lerner, R.M. (2004). The scientific study of adolescence: A brief history. *Journal of Early Adolescence*, 24 (1), pp. 45-54.
- Steinberg, L. (2001). Theories of Adolescent Development. In N.J. Smelser & P.B. Baltes (Eds.). *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (pp. 102-105). Stanford: Pergamon, Elsevier.
- Steinberg, L., & Morris, A.S. (2001). Adolescent development. *Annual Review of Psychology*, 52, pp. 83-110.
- Timini, S. (2005). *Naughty boys: Anti-social behaviour, ADHD and the role of culture*. Hampshire: Palgrave MacMillan.
- Werner, E.E., & Smith, R. S. (1992). *Overcoming the odds: High-risk children from birth to adulthood*. New York: Cornell University Press.
- Winnicott, D.W. (1986). *Home is we start from: Essays by a psychoanalyst*. London: Penguin Books.

A AUTORA

Ida Lemos – é professora auxiliar do Departamento de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Algarve e investigadora do Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações (CIEO). Licenciou-se em psicologia (ramo de psicologia clínica) pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra em 1989. Concluiu em 1992 o Mestrado em *health psychology* na *Faculty of Social and Environmental Studies*, Universidade de Liverpool. Doutorou-se em psicologia, na especialidade de psicologia clínica, pela Universidade do Algarve em 2007. Os seus principais interesses enquadram-se na área da psicopatologia do desenvolvimento, especificamente sobre a ação dos fatores de risco psicossocial e sobre o papel dos fatores protetores na infância e adolescência, com ênfase na influência dos processos familiares sobre o desenvolvimento (in)adaptativo.

Cadernos publicados

n.º 4

Carla Fonseca Tomás

PSICOLOGIA DA ESPIRITUALIDADE: revisão teórica, conceitos emergentes e principais desafios



n.º 5

António Duarte

ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA: o papel da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados



n.º 6

Carlos Marques Simões

SUPERVISÃO OU ACONSELHAMENTO? Contributo para uma perspetiva contextualizada do desenvolvimento do professor



n.º 7

Rosanna Barros

MEDIAR ENTRE REGULAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: perspetiva crítica sobre princípios e valores da cidadania social



n.º 8

Helena Ralha-Simões

A CONSTRUÇÃO DA PESSOA RESILIENTE: dos contextos de desenvolvimento à psicologia positiva



n.º 9

Helena Sousa

FILOSOFIA PARA CRIANÇAS: contributo para a ativação do desenvolvimento psicológico



n.º 10

Maria Helena Martins

RESILIÊNCIA FAMILIAR: revisão teórica, conceitos emergentes e principais desafios



n.º 11

Ana Tomé

CONHECER E PREVENIR DOENÇAS CARDIOVASCULARES: fatores de risco e planeamento dos cuidados de saúde



Cadernos do GREI

n.º 12

Ida Lemos

CRISE OU BONANÇA? Perspetivas clínicas sobre o desenvolvimento na adolescência



A publicar:

Nora Almeida Cavaco

INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO? Contributo para uma prática educativa inclusiva



António Duarte

SAÚDE, SUPORTE SOCIAL E BIOÉTICA: percepção dos idosos sobre a qualidade de vida



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

Cadernos do GREI n.º 12 – Março 2014